

## **ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2022**

Visando o cumprimento da legislação em vigor, Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, §4º, os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, Fundação e Autarquias Municipais realizam audiência pública eletrônica referente à avaliação das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2022 (setembro a dezembro), aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2023, através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelas entidades da Administração Indireta e que habitualmente são expostas durante a realização de audiência presencial. Foram estabelecidas as seguintes diretrizes para a realização da audiência: a) que os representantes das entidades realizariam previamente a gravação de suas apresentações, e que, em seguida, o vídeo da audiência, seria disponibilizado no *site* da Câmara Municipal de Indaiatuba, através do canal: <https://www.indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audiencia-publica>; b) que este canal também seria disponibilizado para suprir todas as informações necessárias para a participação dos munícipes – perguntas, comentários ou sugestões, sendo exigida a identificação dos munícipes cidadãos, com nome completo, instituição que representam ou o bairro onde moram; c) que conteúdos anônimos, ofensivos ou que não guardassem relação com o tema em debate seriam descartados; e, d) que as dúvidas ou contribuições também poderiam ser encaminhadas até o dia 10 de março para o e-mail: [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br), desde que relacionadas exclusivamente ao tema da audiência. O convite para participação da população na audiência foi divulgado em diversas edições da Imprensa Oficial do Município, bem como nos "sites" da Prefeitura e da Câmara Municipal. A Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, inicia explicando que a audiência tem como objetivo a avaliação das metas fiscais, que essa avaliação ocorre trimestralmente, que as audiências do 1º e 2º quadrimestre foram disponibilizadas em maio e setembro de 2022 e que os resultados apresentados nessas audiências correspondiam a dados parciais, pois somente nesse momento da apresentação da avaliação das metas do 3º quadrimestre é possível apurar os dados definitivos e determinar se as metas foram ou não alcançadas, porque é esse o período de apuração que coincide com o encerramento do exercício. Para demonstrar o atingimento das metas e obediência aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal são expostas e analisadas as previsões e realizações das receitas e despesas no período, da Receita Corrente Líquida, da Despesa de Pessoal, Resultado Primário, Resultado Nominal e as Dívidas Flutuante e Fundada. Quanto às dúvidas e solicitações de esclarecimentos, salienta que os interessados podem encaminhá-las para o e-mail: [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br). Na sequência, passa a demonstração do comportamento das receitas correntes e de capital, de origem vinculadas e não vinculadas, compara os resultados dos exercícios de 2019 a 2022, e especificamente para o exercício de 2022, destaca que houve uma superação da meta, considerando que o valor arrecadado foi superior ao previsto para o exercício. Ressalta que no orçamento da prefeitura, entre as metas de receitas e despesas, há um desequilíbrio, uma vez que uma parte da receita da prefeitura é destinada as transferências às entidades integrantes do orçamento do município, e que as despesas ocorrem no orçamento de cada entidade. Entre as justificativas para a superação da

meta da receita, estão uma previsão conservadora em função cenário econômico no momento da elaboração do orçamento, recuperação econômica, taxa Selic elevada, ingresso de receitas não previstas e alteração nas legislações. Sobre a meta da despesa, explica que os órgãos fiscalizadores, utilizam metodologias diferentes para avaliação e que cada órgão considera um estágio da despesa, e que, portanto, a prefeitura realiza análises no pior cenário, considerando a despesa empenhada. Explica brevemente os estágios das despesas (empenhado, liquidado e pago). Referente ao anexo de Balanço do resultado orçamentário, reforça que na comparação entre a receita apurada e despesas efetivadas, não são consideradas as despesas realizadas pelas entidades com os valores recebidos da Prefeitura, e que, então, o demonstrativo não apresenta a informação real do resultado da disponibilidade de recursos orçamentários, apesar de ser um modelo oficial, demandando a análise conjunta com outros demonstrativos para obtenção do desempenho orçamentário e financeiro. Ainda sobre o comportamento da receita, apresenta também em gráficos a composição da receita efetivada no exercício, com os valores categorizados em receitas de Alienação de Bens, Transferência de Capital, Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias, Contribuições, Patrimonial, Serviços, Transferências Correntes, Operação de Crédito e Outras Receitas. Informa que as maiores fontes de receitas decorrem das Transferências Correntes originadas dos governos estadual e federal e das receitas próprias de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria. Em seguida, demonstra o comportamento das despesas empenhadas, divididas em Custeio, Sentenças Judiciais / Precatórios, Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Investimentos, Amortização da Dívida, Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, onde observa que as maiores despesas se concentram em despesas de manutenção dos serviços públicos e despesas com pessoal e encargos. Ainda sobre a despesa, compartilha o quadro das transferências realizadas a outras entidades do município e apresenta também, um quadro das despesas empenhadas da prefeitura e divididas por secretarias. Faz uma observação quanto a tendência do excesso de arrecadação apurado nos quadrimestres, analisa que são decorrentes tanto de recursos próprios como vinculados. Quanto as receitas, fala sobre os grandes números de fichas que compõe o orçamento e que devido as extensões dos dados, realiza análise prévias verificando as principais receitas, uma vez que, por sua representatividade, tornam-se suficientes para análise do comportamento geral. Nesse segmento analisado é observado o comportamento positivo, destacando uma grande diferença entre o valor previsto e arrecadado na receita de aplicação financeira, o qual se justifica pela elevação e manutenção em alta da taxa de juros para conter a inflação. Outro destaque positivo nas principais receitas, é o IPTU, pois houve uma diminuição na inadimplência em 2022 e, conseqüentemente, redução do volume de inscrições de débitos em dívida ativa. Outra informação positiva, é que, ainda mesmo que com discreta variação, o índice de participação dos municípios no ICMS se manteve positivo. Apresenta na sequência os dados econômicos, como inflação, taxa de juros, PIB para demonstrar a mudança do cenário que ocorre desde o momento da elaboração do orçamento até sua execução. Sobre a receita de capital, informa que estas somente podem financiar despesas de capital e acrescenta que para o exercício de 2022, o valor das despesas de capital superou a receita. Demonstra as metas do município, por meio do Resultado Primário e Nominal e lembra que há divergência na metodologia de apuração dos órgãos fiscalizadores e que em ambas as

metodologias constata-se a superação das metas. Apresenta também os demonstrativos da Gestão Fiscal, que compreende a Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada, salientando quanto ao enquadramento do município em todos os limites. Quanto as dívidas, esclarece a diferença da dívida fundada (longo prazo) e dívida fluante (curto prazo). Informa o percentual de aplicação mínimo constitucional em educação que é de 25% e em saúde que é de 15% em função da arrecadação de Impostos e Transferências, salientando que o município aplica percentual superior aos mínimos: 28,17% em saúde e 30,32% em educação. Acrescenta que o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal) são publicados na Imprensa Oficial do Município, em ambos os formatos, de acordo com as metodologias do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Secretaria do Tesouro Nacional. Encerra sua apresentação com um convite para participação da população nos processos de elaboração das peças do planejamento de 2024 (LDO e LOA), através da ferramenta planejamento interativo e reforça também a disponibilização do e-mail para dúvidas e sugestões sobre as audiências. Na sequência, Cesar Henrique Wulk, diretor financeiro, como representante do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Indaiatuba, apresenta os valores da receita programada e realizada no 1º, 2º e 3º quadrimestres e o acumulado de janeiro a dezembro, distribuídas em receitas: Patrimonial, Serviços, Outras Receitas Correntes, Capital e Intraorçamentária. Destaca que 88,7% da arrecadação da autarquia corresponde a tarifa de água e esgoto. Demonstra a despesa fixada e a executada, suprimentos financeiros e as alterações orçamentárias por superávit financeiro e excesso de arrecadação. Detalhou as despesas empenhadas, pagas e a pagar do exercício 2022. Finalmente apresentou a disponibilidade financeira, considerando as despesas a pagar. Em seguida, Luciana dos Anjos Silva Fanger, diretora financeira, como representante da FIEC - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, inicia a apresentação comentando sobre os cursos oferecidos e a quantidade de alunos atendidos pela Fundação, com recursos municipais, estaduais e federais. Na sequência, expõe as informações orçamentárias e financeiras, os valores das receitas arrecadadas no 3º quadrimestre e valores acumulados do exercício 2022, organizadas em receitas: Patrimoniais, Serviços e as Transferências Financeiras realizadas pela Prefeitura. Demonstra a disponibilidade financeira, evidenciando os recursos vinculados. Apresenta os dados das despesas pagas no período anterior, no 3º quadrimestre e a pagar, assim categorizados: Manutenção, Pessoal, Aquisição de Equipamentos e Construção/ Ampliação. Encerra a apresentação com o convite para campanha de doação de sangue que ocorre na entidade em parceria com a UNICAMP no último sábado de cada mês. Marcos Barce, diretor financeiro, como representante do SEPREV – Serviço de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Indaiatuba, demonstra as receitas estimadas e realizadas para o 3º quadrimestre (setembro a dezembro) e o acumulado (janeiro a dezembro), na seguinte composição: Contribuições Previdenciárias, Contribuições Assistência à Saúde, Rendimentos das Aplicações Financeiras, Compensações Previdenciárias (COMPREV) e Outras Receitas da Autarquia, destacando a divisão das receitas do Fundo Previdenciário (FUNPREV) e do Fundo Assistência à Saúde (FAS) com resultados superavitários. Discorre também sobre o comportamento das despesas, com dados do quadrimestre e acumulados, na seguinte composição: Pessoal e Encargos Sociais, Material e Equipamentos, Benefícios de

Aposentadorias e Pensões, Assistência à Saúde, Outros Serviços e Encargos e Tributos (PASEP). Demonstra algumas informações complementares, como a posição dos recursos financeiros e a evolução dos recursos do FUNPREV e FAS. Apresentou a composição do patrimônio da entidade e o gráfico da rentabilidade versus a meta atuarial, destacando que apesar dos rendimentos terem totalizado mais de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) no exercício de 2022, não conseguiram atingir a meta atuarial, devido à volatilidade dos investimentos pelo terceiro ano seguido, por conta do cenário econômico tanto no Brasil quanto no exterior, afetado em um primeiro momento pela pandemia e, posteriormente, pela guerra na Ucrânia, elevando o preço dos combustíveis e dos insumos, o que gerou alta na inflação e, conseqüentemente, na meta atuarial, que é composta por uma taxa de juros mais a variação do INPC, de forma que se a inflação sobe, a meta atuarial também é elevada. Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a audiência relativa à avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2022. O vídeo da audiência contendo as apresentações das entidades com duração de 1 (uma) hora e 42 (quarenta e dois) minutos foi disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que não houve o encaminhamento de dúvidas ou sugestões para o e-mail disponibilizado para tal finalidade. Eu, Larissa Bruna de Almeida, DAS III, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 10 de março de 2023.